



Macau, uma RAE com raízes portuguesas (Especial, primeira parte)

Description

Macau, ?? Àomén?em chinês simplificado?é uma Região Administrativa Especial da China. Encontra-se no delta do rio das Pérolas com aceso ao mar da China Meridional que dá a Macau grande importância como porto comercial. A história da região está marcada pela sua situação de comunicação da China continental e das civilizações que aportavam. Não se conhece com exatidão o ano de fundação e há referências históricas do lugar baixo o nome de Haojing. Porém, algumas fontes sinalam o estabelecimento da região a mediados do século XVI¹ na dinastia Ming (s. XIV a XVII) com intenção de tomar parte em rotas por mar da China Meridional.

Em um primeiro momento participou da linha comercial Goa-Melaka-Japão² e outros lugares de Asia do Sudeste³. As potências ocidentais começaram a ter presença na rota e a interessar-se por Macau como aceso à China continental. Os portugueses foram os principais agentes comerciais ocidentais para o mercado da zona de Cantão, incluindo Macau⁴. Devido à ajuda prestada para combater a pirataria e o benefício obtido do pagamento de impostos, o governo chinês autorizou o seu assentamento no lugar. Esta presença lusa começou a se acentuar na dinastia Ming com o assentamento de grande número de povoação portuguesa e a chegada de novos produtos por mar, como a batata, o tomate, legumes ou tabaco, trazidos em parte por comerciantes estrangeiros. Nomearam-se comerciantes portugueses e outorgaram concessões e viagens por rotas a estas figuras. Igualmente chegaram missionários portugueses que, ao verem desprovidos de fundos do reino de Portugal, começaram a investir no sector do mercado e produtivo do lugar. O porto começou a ser lugar de produção cultural, cartográfica e literária⁵ multicultural.

De estes intercâmbios começaram a surgir multilinguismos⁶ e inclusive obras como o “Dicionário Português-Chinês” sem data nem autoria definida, conservado por M. Ruggieri (1543-1607). Esta obra mostra o intercâmbio de conhecimento dos povos e enquadra-se em uns séculos de florescimento da produção cultural em português relativa à China. Posteriormente com a interrelação de formas idiomáticas, começou a falar-se o patuá, paduá o crioulo Macaense⁷.

A presença portuguesa tornou-se cada vez mais importante para a região, chegando a ter poder de decisão sobre as relações comerciais e abertura do porto a outros reinos de ocidente⁸. Assim, no ano 1719, o imperador Kangxi (1662-1722) propõe o lugar como centro da ação comercial ocidental na China, para igualmente a limitar na zona. Acentua-se então o papel de Macau como ponto chave para a entrada de mercadorias trazidas por ocidentais, como o opio. O porto fechou a entrada a estrangeiros em 1760. Esta primeira proibição de entrada de bens e pessoas resultou em matrimónios com povoação chinesa, que potencia a mistura cultural e idiomática. O lugar pretende uma concessão aos estrangeiros, limitando-os à cidade e a controlar em um primeiro momento a sua influência. Converteram a “fórmula de Macau” em um órgão de controle estrangeiro a beneficiar-se igualmente do intercambio comercial local entre eles.

Porém, continuou a haver importação ilegal de opio trazido da Índia. Gera uma instabilidade política e posteriores conflitos com as potencias ocidentais, as Guerras do Opio (1839-1842 e 1856-1860), que concluem com o território de Hong Kong baixo mando britânico. Este feito pretendeu ser imitado pelos portugueses em Macau. No entanto, é rejeitado pelo imperador chinês. Este feito não é um intento isolado pois as forças portuguesas pretendiam poder sobre o território do início. Não foi até 1849, quando Pina-Cabral marca o começo do período “colonial”⁹. A nova monarquia constitucional de Portugal (1820) definiu o território de Macau junto com Timor Leste como uma província do reino. Nomeou-se a João Maria Ferreira Amaral como novo governador do território, quem começou a exercer pressão militar sobre o governo e povoação civil. Trocaram assim as formas de governo a as relações entre grupos étnicos, começou um momento de demonstração de poder luso. Entre elas, o órgão central português exigia pagos à povoação chinesa e cometia abusos militares.

Em 1945, trás a segunda guerra mundial e várias tentativas de protesta do povo chinês e Macaense, começaram a considerar-se maneiras de contra restar a ocupação portuguesa. Feitos como o 12-03, revoltas contra o governo da cidade, marca o declive de poder luso. Vitórias legais seguiram estes feitos e em 1976 colocou-se em prática o Estatuto do Estado de Macau, que inaugura uma nova etapa política. Introduziu o sufrágio direto e a independência do conselho legislativo, órgão que posteriormente criou um sistema legislativo próprio. Para 1984 a parte chinesa dominava a legislatura. Os macaenses com sange misto deviam negociar com eles para aceder à legislatura e os portugueses só podiam o fazer se tinham sido escolhidos pelo governo. Ainda assim, para o ano 1996, só uma quarta parte dos residentes de Macau estavam registrados para votar e só o faziam um 60% de eles¹⁰. O poder estava sobre todo nas mãos do governador.

Na atualidade, desde 1993 o PCR estipulou uma divisão de poderes na Lei Básica da Região Especial Administrativa de Macau. Porém, os eleitores das câmaras não representam à maioria da povoação¹¹ e a figura do governador continua a concentrar grande parte do poder.

A economia atual da região está dominada pelo ócio noturno e casinos. As zonas de jogo estavam em um princípio controladas por portugueses. Hoje em dia continuam em poder estrangeiro¹².

A pesares da história de multiculturalismo, na atualidade os idiomas oficiais são o chinês e o português. O crioulo macaense está criticamente ameaçado de desapareção¹³. O português, igualmente, não é conhecido pela maioria da povoação, com um pequeno número de falantes.

Bibliografía

Barreto, Luís Filipe, *Macau: Fronteira Intercultural no Período Ming*, in *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Nova Série, vol. 6, 2002, pp. 121-142.

Cabral, v
studies 1

Gea
https

Hao, Zhidong (2011). *Macau*
ISBN 978-988-8028-54-2. *Th*
[https://books.google.es/books](https://books.google.es/books/ZlZ8zfgld&sig=8CW0MNBmN2)
ZlZ8zfgld&sig=8CW0MNBmN2

Ptak, R. (2006). *Trade be*
465-489. En: <https://doi.org/10.1017/S0022278X06001978>

Notas

1 Ptak, R. (2006). *Trade between Macau and Southeast Asia in Ming Times: A Survey*. Monumenta Serica, 54(1), 465-489. En: <https://doi.org/10.1179/mon.2006.54.1.025> (p. 466) 2 P

3 Hao, Zhidong (2011). *Macau History and Society*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011. ISBN 978-988-8028-54-2. *The China Quarterly*, 208, 1060-1062. En: <https://books.google.es/books?hl=pt-PT&lr&id=LP9q1dzVRYQC&oi=fnd&pg=PR7&dq=macau&ots=IZIz8zfgld&sig=8CW0MNbN2FABEIL>

5 Ptak, R. (2006). (p. 471) 6 Barreto, Luís Filipe, *Macau: Fronteira Intercultural no Período* Universidade de Lisboa, Nova Série, vol. 6, 2002, pp. 121-142. 7 Gear

8 Puga, R. M. (2013). *The B* <https://doi.org/10.5790/hong>

9 Cabral, J. de P. (2010). *Macau's handover – a pe* studies 17/18, 225-232. Massachusetts: University

10 H

11 Hao, Zhidong (2011). 12 Cabral, J. de P. (2010). 13 Moseley, C. (2015). *Atlas of the W*

APARTADOSTEMATICOXEOGRAFICOS

China and the Chinese world

ETIQUETAS

Macau lusofonia galeguia

INVESTIGACION

Observatory of Chinese Politics Gallician Observatory of Lusophony

Date Created

March 5, 2024

Meta Fields

Autoria : 106709